



Moreira Maniz/Agência Senado



Renan comanda sessão do Congresso que analisou vetos à Lei dos Royalties: novas regras mudam destinação de R\$ 100 bi até 2020

Congresso conclui análise dos vetos à Lei dos Royalties

Apuração dos votos deve terminar ainda hoje e confirmar a derrubada de vetos, incluindo estados não produtores entre os beneficiários dos royalties do petróleo

Após mais de quatro horas de intenso debate, o Congresso Nacional encerrou nesta madrugada a votação de vetos presidenciais à Lei dos Royalties. A apuração dos votos em cédulas de papel aos 142 itens deve ser concluída

apenas hoje e deve confirmar a derrubada dos vetos. Nesse caso, o resultado vai contrariar principalmente interesses de Rio de Janeiro e Espírito Santo, produtores de petróleo, que passarão a repartir os royalties com os outros estados. **3**

Comissão avaliará anualmente o sistema tributário em todo o país **5**

Câmara aprova Orçamento 2013; votação no Senado será terça-feira **3**

Senado e DF assinam acordo para intercâmbio de funcionários **2**

Senado e Câmara homenageiam mulheres em sessão solene

A comemoração pelo Dia Internacional da Mulher, 8 de março, marcou a criação da Procuradoria

Especial da Mulher no Senado, com Vanessa Grazziotin como titular, e a entrega do Diploma

Bertha Lutz. Na solenidade, Renan Calheiros assumiu o compromisso de votar a PEC das Domésticas

neste mês e assinou acordo de cooperação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres. **6 e 7**



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Além da sessão solene em que foram homenageadas Amábilia Pinho Almeida, Jô Moraes, Telma Dias Ayres e Adélia Moreira Pessoa (D), o Senado abriu a exposição *As Cidadãs e a Constituição*

Aprovada validade nacional para receitas médicas e odontológicas **11**

Idoso pode ter preferência no desembarque de transporte coletivo **8**

À frente de comissão, Perrella diz que priorizará avanço da internet rápida **9**

Senadores acatam voto de pesar pela morte de Hugo Chávez

O Plenário aprovou um requerimento de voto de pesar pela morte do presidente da Venezuela, Hugo

Chávez, ocorrida anteontem. Randolfe Rodrigues foi escolhido para representar o Senado no funeral,

marcado para amanhã, em Caracas. Os senadores usaram as redes sociais para homenagear Chávez. **12**



AVM

Multidão segue o caixão com o corpo de Hugo Chávez pelas ruas de Caracas: Randolfe Rodrigues representará o Senado no funeral, marcado para amanhã

Senado e DF acertam intercâmbio de servidores

Desativado o ambulatório do Senado, médicos atenderão na rede pública do Distrito Federal; Casa, em troca, receberá profissionais de outras áreas

A REDUÇÃO DE despesas para o Senado e a ampliação do atendimento médico à população do Distrito Federal foram os pontos destacados ontem na assinatura de uma cooperação técnica entre a Casa e o governo do Distrito Federal. O acordo prevê o intercâmbio de servidores, a partir da desativação do ambulatório médico da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams).

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou seu compromisso de reduzir o "gigantismo" da Casa. O governador Agnelo Queiroz assinalou o "altíssimo nível" dos profissionais de saúde do Senado, que provocarão "grande repercussão" nos serviços prestados à comunidade.

O Senado, por sua vez, receberá profissionais do governo do Distrito Federal especializados em informática, gestão



O governador Agnelo Queiroz e o presidente do Senado, Renan Calheiros

pública e manutenção predial. O intercâmbio foi a forma encontrada para que a medida de redução de custos não parecesse uma punição aos profissionais de saúde da Casa.

Inicialmente, serão absorvidos 28 médicos do Senado. Eles reforçarão o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Era uma redundância, explicou Renan, a convivência entre o plano de saúde da Casa, que será fortalecido, e o atendimento ambulatorial da Sams.

Renan informou que a cessão de equipamentos à rede pública não será fracionada, de

forma que uma única unidade de saúde receba todos.

Na próxima semana, outra reunião da Mesa Diretora anunciará o "segundo passo" — medidas com a mesma filosofia de contenção de despesas.

Também participaram da solenidade o 1º vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, e os secretários de Saúde, Rafael Barbosa, e de Governo, Gustavo Ponce de Leon de Soriano Lago.

Plenário elege novo Conselho de Ética da Casa

Com 54 votos a favor, 3 contra e 1 abstenção, o Plenário do Senado elegeu ontem a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Uma vez instalado, o conselho escolherá presidente e vice-presidente. O grupo zela pela observância do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno da Casa.

Os integrantes

TITULARES

- Acir Gurgacz (PDT-RO)
- Ana Rita (PT-ES)
- Anibal Diniz (PT-AC)
- Ciro Nogueira (PP-PI)
- Cyro Miranda (PSDB-GO)
- Gim (PTB-DF)
- Jayme Campos (DEM-MT)
- João Alberto Souza (PMDB-MA)
- Lídice da Mata (PSB-BA)
- Mário Couto (PSDB-PA)
- Romero Jucá (PMDB-RR)
- Sérgio Petecão (PSD-AC)
- Sérgio Souza (PMDB-PR)
- Valdir Raupp (PMDB-RO)
- Wellington Dias (PT-PI)

SUPLENTE

- Ângela Portela (PT-RR)
- Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
- Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- João Vicente Claudino (PTB-PI)
- Jorge Viana (PT-AC)
- Kátia Abreu (PSD-TO)
- Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
- Paulo Bauer (PSDB-SC)
- Paulo Paim (PT-RS)

PEC sobre agência reguladora entra na pauta do Plenário

O Plenário do Senado realizou ontem a primeira das cinco discussões sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga os dirigentes das agências reguladoras a prestar contas de sua gestão ao Senado anualmente.

De Walter Pinheiro (PT-BA), a PEC 89/11 foi votada por unanimidade no ano passado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pinheiro argumenta que, como esses dirigentes têm a responsabilidade de "decidir e implementar políticas

públicas relativas a serviços e atividades fundamentais para o país", é justificável que prestem contas de sua atuação à sociedade pelo menos uma vez ao ano.

O novo mecanismo servirá para que o Senado fiscalize e controle a atuação dos dirigentes das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entre outras.

Renda dos Creas poderá ser usada em aperfeiçoamento dos seus integrantes

Parte da receita líquida dos conselhos regionais de engenharia e agronomia (Creas) poderá ser aplicada no aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes e na fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas a inspeções.

Projeto (PLS 31/12) do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), com emenda de Cyro Miranda (PSDB-GO), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em votação

final: segue para a Câmara se não houver recurso para análise em Plenário. Segundo Crivella, a proposta partiu de sugestão do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e dos Creas.

Hoje apenas recursos advindos de multas podem ser investidos no aperfeiçoamento profissional. Porém, como afirma Crivella, seriam insuficientes devido à opção dos conselhos por uma fiscalização voltada à orientação, sem aplicação de multas.

PT culpa adversários pelos erros do governo, diz Jarbas

A situação da Petrobras foi citada ontem por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) como exemplo de que o PT estaria desrespeitando o papel da oposição e manipulando fatos desfavoráveis para colocar nos adversários a culpa pelos próprios erros.

— São públicas e conhecidas as informações dando conta de que a Petrobras vem enfrentando diversas dificuldades, principalmente por causa da gestão temerária que existiu até a posse da atual presidente da estatal — afirmou o senador. Ele disse considerar a presidente da estatal, Graça Foster, uma executiva responsável.

O senador disse que o PT trata a Petrobras como Hugo Chávez tratou a petroleira PDVSA na Venezuela, usando-a como se fosse um



Jarbas acusa o PT de usar a Petrobras como "cheque especial"

"cheque especial do governo". Ele disse que agora, diante da queda na produção e no lucro e do aumento dos custos e da dívida da estatal, o PT acusa a oposição de querer privatizar a Petrobras e diz que a mídia quer destruir a empresa.

Jarbas criticou, ainda, a postura do governo diante do crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2012, de apenas 0,9%.

CORREÇÃO

O **Jornal do Senado** informou incorretamente em sua edição de ontem, na página 9, que o projeto de lei do Senado (PLS 129/12) que regulamenta o funcionamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) seria também examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, que perdeu a urgência com o fim da sessão legislativa de 2012, deverá ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O título da reportagem é *Regulamentação do Ecad perde urgência*.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Microempresa

14h Entre as matérias na pauta da sessão deliberativa, projeto de lei da Câmara que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

PRESIDÊNCIA Ministro da Justiça

11h30 O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; às 12h, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Cerrado

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vota projeto que institui a política de desenvolvimento sustentável do Cerrado e projeto que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins incidentes na importação e na venda no mercado interno de suplementos minerais para uso animal.

CDH Plano de trabalho

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai discutir as diretrizes do plano de trabalho para o biênio 2013–2014.

CRE Embaixadores

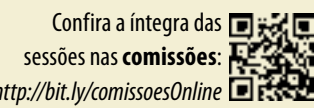
10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota, entre outros itens, indicação para embaixadas no Timor-Leste, Armênia, Argentina, Hungria, Colômbia, China e Mongólia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Apuração deve confirmar derrubada de vetos

Com a queda prevista dos vetos presidenciais à Lei dos Royalties, haverá transferência de recursos da exploração do petróleo dos estados produtores para os não produtores

DEPOIS DE MAIS de quatro horas, muita discussão e inúmeros questionamentos dos representantes dos estados produtores de petróleo, o Congresso encerrou na madrugada de hoje a votação dos vetos presidenciais ao projeto transformado na Lei 12.734/12, que redistribui os royalties do petróleo entre estados e municípios brasileiros. A expectativa é de que os representantes de estados não produtores saiam vencedores.

O resultado da sessão só será divulgado hoje, já que os votos foram dados em cédulas de papel e serão contados de forma manual pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen).

Parlamentares dos estados não produtores, no entanto, comemoraram, ao final da votação, a derrubada do veto. Com exceção das bancadas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, eram contrários ao veto cerca de 400 entre os 513 deputados e 70 entre os 81 senadores.

Parte dos parlamentares do Rio de Janeiro se retirou da sessão por volta das 21h30. A retirada foi conduzida por Lindbergh Farias (PT-RJ), em protesto pelo pouco tempo oferecido pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, para que os oradores participassem da discussão da matéria.

A Lei dos Royalties originalmente reduzia a participação da União e ampliava a participação de estados e municípios não produtores na divisão dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, tanto de contratos em vigor quanto de futuros. O texto estabelece como critérios de partilha os mesmos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A União deixava de receber 30% dos royalties para receber 20%. Os estados produtores tinham a participação reduzida de 26,25% para 20%, e os municípios, de 26,25% para 15%. Estados e municípios não produtores subiam de 7% e 1,75%, respectivamente, para 21% para cada grupo.

Com os vetos de Dilma Rousseff, os contratos já em vigor mantinham os antigos percentuais em que a maior parte dos recursos era destinada a estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os novos percentuais valeriam apenas para os contratos futuros.

Há ainda uma ressalva. A lei sem vetos propõe um período de transição nas regras da partilha. Os percentuais iniciais de 21% para estados e municípios não produtores



Sessão do Congresso destinada a votar o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto que institui nova regra para distribuição dos royalties do petróleo

sobem gradativamente até chegar em 27% em 2020. Em contrapartida, cai de forma gradual até 2020 a participação dos municípios produtores (de 15% para 4%) e dos municípios afetados (de 3% para 2%).

As novas regras mudam a destinação de aproximadamente R\$ 100 bilhões até 2020. O governo do Espírito Santo calcula que o estado deixará de ganhar cerca de R\$ 11 bilhões no período. O do Rio de Janeiro estima perda de R\$ 77 bilhões.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), o projeto tem vícios que poderão derrubá-lo na Justiça. Segundo o senador, os royalties pertencem aos estados produtores e confrontantes, como compensação pela sobrecarga na infraestrutura e pelos danos ambientais. Além disso, as mudanças não poderiam atingir contratos já licitados.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ressaltou também que a distribuição dos royalties pelo critério do FPE foi declarado "inconstitucional e injusto" pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em defesa da derrubada do veto, Vital do Rêgo (PMDB-PB) assinalou que o percentual previsto nos contratos para serem pagos pelas empresas petrolíferas à União não foram alterados. Dessa forma, a redistribuição dos recursos não interfere em nenhum ato jurídico. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que se trata de uma "questão de justiça" beneficiar com os royalties também os estados não produtores.

Royalties causam polêmica há três anos

A votação dos vetos ao projeto de redistribuição dos royalties é a etapa mais recente de um processo iniciado em 2009 e que pode continuar, já que estados produtores prometem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ao longo dos últimos três anos, a redistribuição dos recursos passou por várias reviravoltas e disputas judiciais, uma delas responsável pelo atraso na votação do Orçamento de 2013.

O veto da presidente Dilma Rousseff relativo à repartição dos campos já explorados foi publicado em dezembro. Pouco depois, o Congresso aprovou requerimento de urgência para o exame

do veto, mas a votação foi impedida por uma liminar concedida pelo ministro do STF Luiz Fux aos estados produtores de petróleo. A decisão, que determinava a votação em ordem cronológica de mais de 3 mil vetos, foi derrubada na última semana pelo Plenário do Supremo.

Emenda

Na origem da disputa, está uma emenda apresentada na Câmara pelo ex-deputado Ibsen Pinheiro em 2009. A chamada Emenda Ibsen, feita ao projeto do Executivo para o marco regulatório de exploração do petróleo na camada do pré-sal, previa a repartição dos royalties entre todos os

estados e municípios, de acordo com critérios dos fundos de participação (FPE e FPM), o que geraria perdas aos estados produtores. A alteração promovida pela emenda acabou sendo vetada por Lula, no final de 2010, ao sancionar a Lei 12.351.

O primeiro veto acabou não sendo votado em 2011 porque o Senado elaborou projeto para tratar do assunto. O texto, de autoria de Wellington Dias (PT-PI), passou por várias mudanças até que se chegasse ao texto final de Vital do Rêgo (PMDB-PB), aprovado nas duas Casas do Congresso e vetado, em parte, pela presidente Dilma Rousseff em 2012.

Orçamento é aprovado apenas na Câmara

O Orçamento de 2013 foi aprovado pela Câmara dos Deputados no início da madrugada de hoje. Mas o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, adiou a votação entre os senadores para terça-feira.

Renan tomou a decisão depois de o líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (SP), informar que pediria verificação de quórum.

A aprovação do Orçamento pela Câmara ocorreu logo após a votação dos vetos parciais à Lei dos Royalties.

O projeto da lei orçamentária de 2013 (PLN 24/12) deveria ter sido aprovado em dezembro. A votação, no

entanto, acabou sendo adiada devido à polêmica em torno dos royalties do petróleo e dos vetos presidenciais à lei que trata desse tema.

Com uma previsão de

receitas — e despesas — no valor total de R\$ 2,28 trilhões, o Orçamento prevê investimentos de R\$ 196,91 bilhões. E também confirma o salário mínimo de R\$ 678.



Aloysio Nunes argumenta contra votação do Orçamento nesta madrugada



Arthur Monteiro/Agência Senado

Portuários visitam Renan e anunciam paralisação no dia 19

Sindicalistas disseram ontem que os portuários farão uma paralisação de 24 horas, no dia 19, por considerarem que estão muito lentas as negociações com o governo em torno de novas regras operacionais para os portos brasileiros.

O anúncio foi feito após encontro dos sindicalistas com o presidente do Senado, Renan Calheiros, em que foi discutida a Medida Provisória 595/12, a chamada MP dos Portos, que está em tramitação no Congresso.

Em audiências públicas realizadas ontem e terça-feira no Senado (*leia matéria ao lado*), os sindicalistas manifestaram descontentamento com a MP. Eles apontaram riscos de privatização, redução dos postos de trabalho, achatamento salarial, perda de direitos e cobraram várias mudanças no texto.

As audiências visam fornecer subsídios à comissão mista que vai emitir parecer sobre a matéria, que já recebeu 645 emendas, e tem Eduardo Braga (PMDB-AM) como relator.

A MP 595/12 estabelece que a exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público. As instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado serão exploradas mediante autorização.

A medida determina também que os serviços serão outorgados a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Sindicalistas pedem mudanças no texto da Medida Provisória dos Portos

Eles querem evitar a precarização da mão de obra, impedir a centralização das tomadas de decisão e garantir a atuação da guarda portuária

A MEDIDA PROVISÓRIA que abre os portos à iniciativa privada favorece o desenvolvimento do setor, mas, na avaliação dos sindicalistas que participaram da segunda audiência pública na comissão incumbida de emitir parecer sobre a MP 595/12, exige alterações para evitar a precarização da mão de obra, impedir a centralização das tomadas de decisão em Brasília e garantir a atuação no setor da guarda portuária, imprescindível para a segurança do sistema.

Pela MP, as instalações portuárias fora da área do porto organizado serão exploradas por autorização. O presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Agenciamento Marítimo Aquaviário e Operadores Portuários (Fetaport), Francisco José Nogueira, disse que a MP 595/12 é positiva, mas cobrou cautela para não “desorganizar” a

infraestrutura estabelecida há 20 anos pela Lei 8.630/93, absorvida pela MP em debate.

— É impossível a União suportar investimentos portuários que o Brasil exige para se tornar competitivo. Abrir os portos à iniciativa privada e ampliar a eficiência dos portos organizados e privados é uma coisa inadiável — afirmou.

Nogueira disse ser fundamental reduzir custos, ampliar a eficiência do sistema portuário e os investimentos em infraestrutura e logística. Ele também cobrou um período de transição para a segurança dos trabalhadores avulsos, vinculados e os investidores, “visto que os novos empreendimentos só deverão operar daqui a sete anos”.

Presidente da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo, entidade que agrupa sete sindicatos, José Adilson Pereira disse que o ponto

principal da MP 595/12 são as concessões para os terminais poderem trabalhar com carga de terceiros. Ele observou que os órgãos gestores de mão de obra (Ogmos) são geridos pelos operadores, e não pelos trabalhadores. Pereira afirmou que a contratação temporária de trabalhadores, permitida na MP e vetada na Lei 8.630/93, levará à precarização do setor e à deterioração da mão de obra.

Modelo mundial

Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Magalhães Giannetto, considerou que a guarda portuária não recebeu o tratamento adequado na MP 595/12. Em vez de caminhar para a extinção, afirmou, a guarda deve ser fortalecida e qualificada para que ganhe mais condições de atuar. Ele disse que o modelo

de guarda portuária é mundial e obedece a convenções internacionais, o que não poderia ser diferente no Brasil.

Ana Rita (PT-ES) observou que a MP é um novo marco regulatório. O grande desafio, segundo ela, é conciliar o desenvolvimento econômico, em que se inclui a infraestrutura, com o desenvolvimento social, que diz respeito aos trabalhadores.

Para Blairo Maggi (PR-MT), as mudanças são necessárias para o progresso do setor portuário. O senador também manifestou apoio aos Ogmos.

Kátia Abreu (PSD-TO) observou que, com a aprovação da MP, mais de R\$ 56 bilhões serão investidos nos portos, com a geração de 300 mil empregos. A senadora pediu apoio para subscrever requerimento solicitando à Receita Federal informações sobre um suposto passivo de R\$ 120 milhões, relacionado a 29 Ogmos.

Comissão aprova pagamento de adicional a agricultores familiares

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória (MP 587/12) que autoriza para a safra 2011–2012 o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra aprovou parecer favorável ao texto do governo. O relatório, do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), prevê pagamento de R\$ 560 por família, adicionais ao limite legal de R\$ 700 no Seguro-Safra. O valor representa o dobro do proposto originalmente pelo Planalto.

O benefício se destina a agricultores familiares na área de atuação da Superintendência do Nordeste (Sudene), cujas lavouras de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão ou de outras culturas para alimentação animal tenham sofrido perdas, em razão da estiagem, superiores a 50%. O texto amplia o

valor do Auxílio Emergencial Financeiro, previsto na Lei 10.954/04, em até R\$ 320.

O relatório incorpora dispositivo da MP 603/13 autorizando a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a adquirir em 2013 até 550 toneladas de milho em grãos para recompor estoques de venda direta a pequenos criadores de

aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos com propriedades na área da Sudene. A decisão original do governo determinava a aquisição de 300 toneladas.

Outra alteração feita pelo relator se refere à concessão de subvenção extraordinária aos produtores independentes de cana-de-açúcar no Nordeste afetados pela estiagem,

referente à safra 2011–2012, no valor de R\$ 10 por tonelada, limitado a 10 mil toneladas.

O texto autoriza também a equalização de parte do custo de produção referentes às safras 2010–2011 e 2011–2012 de usinas de álcool nas áreas da Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).



Presidente da comissão, Cyro Miranda (C) conduz votação da MP

Lio de Paula/Agência Senado

Audiências vão debater reforço para a indústria

A comissão mista que examina a Medida Provisória (MP) 601/12 fará audiências nos dias 20 e 26 para discutir a prorrogação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), a desoneração da folha de pagamentos da construção civil e do setor varejista e a dedução do valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O relatório final será apresentado no dia 17 de abril e votado no dia 24.

Sistema tributário será avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos

Todos os anos, senadores poderão pedir documentos para embasar a análise das administrações tributárias de municípios, estados e União

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) terá a responsabilidade de avaliar anualmente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, segundo proposta aprovada ontem pelo Senado. Serão analisados componentes do sistema e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Como se trata de projeto

de resolução do Senado (PRS 27/11), o texto aprovado seguirá direto para promulgação e mudará o Regimento Interno da Casa. No Plenário, o texto, apresentado por Renan Calheiros (PMDB-AL), foi relatado por Lobão Filho (PMDB-MA), que defendeu a aprovação.

Os senadores poderão, por exemplo, pedir informações e documentos para embasar a análise aos entes federados e

ao Conselho Nacional de Política Fazendária. A avaliação se dará sempre no primeiro semestre: o grupo vai receber informações e documentos até 15 de março e terá até 30 de junho para apresentar o relatório, que receberá votação final na própria CAE.

Alguns dos aspectos a serem levados em conta, na análise da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, são a

qualidade dos tributos quanto à justiça fiscal, o atendimento às necessidades orçamentárias, a carga tributária, o equilíbrio federativo, as renúncias fiscais, a redução das desigualdades regionais.

Ao justificar a proposta, Renan disse que, além de ser relevante verificar a eficiência da arrecadação fiscal, é preciso levar em conta “a qualidade do atendimento ao contribuinte, o grau de litigiosidade no exercício das atribuições e a eficácia em combater a informalidade e a evasão fiscal”.

Dois senadores se apresentaram para discutir o assunto: Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ambos comentaram a necessidade de o Senado avocar para si a competência de analisar o sistema tributário, até mesmo para se adequar ao previsto no artigo 52, inciso XV, da Constituição federal.



Ao lado de José Pimentel e Walter Pinheiro, Lobão Filho (D) apresenta parecer favorável ao projeto de resolução do Senado

Plenário aprova indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Em meio a diversas contestações, foi aprovada ontem a recondução do professor Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com 45 votos a favor e 19 contrários. A recondução havia sido pedida pela Câmara, e a aprovação será comunicada à presidente da República, Dilma Rousseff.

Antes da votação, o líder do DEM, José Agripino (RN), argumentou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ao aprovar a indicação de Gomes Júnior em 29 de agosto, aprovou também requerimento para que os procuradores federais Helio Telho Corrêa Filho e Matheus Baraldi Magnani fossem ouvidos em audiência pública no colegiado.

Os nomes dos procuradores foram citados por Gomes Júnior, durante sua sabatina, como autores de denúncias anônimas contra ele que circulam na internet. Apesar da aprovação, os procuradores não chegaram a ser ouvidos pelo Senado.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), comprometeu-se ontem a dar uma posição, na próxima semana, sobre a convocação de Corrêa Filho e Magnani.

Durante a sabatina na CCJ, Gomes Júnior rechaçou as acusações e disse ser vítima de uma trama corporativa. Ele afirmou que as acusações

anônimas foram objeto de apuração no CNMP e acabaram arquivadas. A questão foi então levada de volta à CCJ, devido a requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando o esclarecimento de acusações contra o ex-conselheiro. Naquela mesma ocasião, a CCJ aprovou requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pedindo a convocação de depoimento dos procuradores.

Ontem Agripino propôs ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que a votação sobre a indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público fosse adiada até serem ouvidos

os dois procuradores. Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) reforçaram esses argumentos. Em resposta, Renan afirmou que o recurso era inédito: depois de aprovada uma indicação em comissão, foi aprovado requerimento para adiar a votação em Plenário. Para atender o recurso, acrescentou, seria necessário adaptar o Regimento Interno da Casa.

O adiamento da votação para que fosse realizada uma audiência com os procuradores foi pedido também por Simon e Aloysio. Este afirmou que as sabatinas no Senado são feitas “quase no limite da irresponsabilidade”. Humberto Costa (PT-PE) apoiou a decisão de Renan de colocar a indicação em votação.

Senadores pediram que votação fosse adiada para depois de audiência com procuradores

Cassol pede revisão da dívida do extinto banco de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) lamentou que Rondônia siga pagando a dívida “impagável” do extinto Banco do Estado de Rondônia. O senador atribuiu o problema à administração especial temporária “desastrosa” exercida pelo Banco Central, de fevereiro de 1995 a agosto de 1998, quando a dívida da instituição cresceu de R\$ 48 milhões para R\$ 540 milhões.

Cassol lembrou que, em 2007, o Senado aprovou resolução autorizando

a revisão dos valores devidos, mas isso não aconteceu.

— Recorreram ao Supremo Tribunal Federal, e o povo de Rondônia continua pagando a dívida até hoje, entre R\$ 12 milhões e R\$ 15 milhões descontados todo mês. Nesses mais de 14 anos, o estado já pagou mais de R\$ 1,9 bilhão — disse.

Segundo Cassol, o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestou pela responsabilidade do Banco Central.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Luiz Henrique comemora bons índices de Santa Catarina

Luiz Henrique (PMDB-SC) comemorou dados que apontam Santa Catarina como um dos estados mais desenvolvidos do país, com avanços na geração de emprego e renda, e investimentos em inovação e infraestrutura.

O senador citou um ranking de índices de desenvolvimento divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Santa Catarina aparece entre os três estados com mais municípios

desenvolvidos. Luiz Henrique também comentou estudo da revista inglesa *The Economist* que indica Santa Catarina entre os seis estados brasileiros com capacidade de atração de investimentos estrangeiros.

— Faço esse registro com o orgulho de quem esteve à frente do estado catarinense implantando uma política de descentralização da gestão, de inovação, de inserção do estado em nível internacional — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rejeitada extensão de porte de arma para peritos criminais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou projeto que autorizava a extensão do porte de arma para peritos criminais e de medicina legal e papiloscopistas que atuam nos institutos de criminalística, de identificação e de medicina legal. A matéria (PLS 199/06) havia recebido parecer pela aprovação do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), e pretendia alterar o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03).

O primeiro senador a se manifestar contra o PLS 199/06 foi Humberto Costa (PT-PE), autor de um projeto que estendia o porte de arma para os agentes penitenciários. Segundo recordou, a matéria foi aprovada em 2012, com a ampliação da medida para outras categorias e acabou sendo parcialmente vetada pela presidente Dilma Rousseff.

— Seria mais lógico votar o veto, derrubá-lo e garantir o projeto, que já foi amplamente discutido. Caberia a discussão se outras categorias colocadas deveriam ser, de fato, contempladas — argumentou.

CPC poderá priorizar ações de guarda ou adoção de menores

O Código de Processo Civil (CPC) poderá estabelecer prioridade na tramitação de procedimentos judiciais relacionados à guarda ou adoção de criança ou adolescente órfão, abandonado ou abrigado. A CCJ aprovou, em decisão terminativa, substitutivo ao PLS 390/11, de Ana Amélia (PP-RJ), determinando o tratamento preferencial. A senadora argumenta que “a disciplina processual necessita ser compatibilizada com o Estatuto da Criança e do Adolescente”, que já estabelece essa prioridade.

Ajustes no texto original levaram o relator, senador Benedito de Lira (PP-AL), a apresentar substitutivo. Na avaliação dele, a preocupação de Ana Amélia é digna de elogio por tentar fortalecer, no âmbito processual, o princípio constitucional de prioridade absoluta à criança e ao adolescente, em especial no que se refere ao direito à convivência familiar.

Por ter sido alterado por substitutivo, o PLS 390/11 será submetido a turno suplementar de votação na CCJ, na próxima semana.

Congresso homenageia mulheres em sessão solene

Cerimônia marcou a criação da Procuradoria Especial da Mulher no Senado e a entrega do Diploma Bertha Lutz. Senadoras e deputadas defenderam reforma política que permita maior participação das mulheres no Parlamento brasileiro

COM MÚSICA E chuva de rosas, a sessão solene do Congresso que ontem comemorou o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, marcou a entrega do Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres com atuação em áreas como assistência social, direitos femininos, saúde e educação. Na reunião, foi destacada, ainda, a criação da Procuradoria Especial da Mulher no Senado (*leia matéria abaixo*).

Nos discursos de deputadas e senadoras durante a sessão, prevaleceu o pedido por uma reforma política que promovia um Parlamento igualitário entre homens e mulheres.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou as parlamentares a serem ousadas e colherem assinaturas para a reforma.

— Colhemos assinatura para tudo. Vamos colher assinatura para fazer uma reforma política, mas uma reforma política que inclua as mulheres. Vamos colher assinaturas e aí vamos ver quem é realmente que defende a democracia. Vamos ser ousadas na nossa luta — propôs.

Segundo Vanessa, o baixo percentual de mulheres que compõem a Câmara, o Senado e os demais órgãos legislativos do país é a principal causa da criação da procuradoria.

— No ranking de 190 países, o Brasil ocupa a 158ª posição no que diz respeito ao empoderamento das mulheres, à ocupação dos espaços de poder pelas mulheres. Esse não é o espelho da sociedade.

Vanessa se torna titular de nova procuradoria especial

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi designada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, como a primeira procuradora da Mulher no Senado durante a sessão solene de Congresso. A procuradoria foi inspirada em projeto da própria senadora.

— Entre os os principais objetivos [da procuradoria], estão o encaminhamento aos órgãos competentes das denúncias de violência e discriminação contra a mulher, assim como o acompanhamento das políticas de gênero que visam à inclusão cada vez maior das mulheres no espaço de poder — explicou Renan Calheiros.

A sociedade brasileira é composta por 51% de mulheres e nós não podemos mais conviver com esses índices — afirmou.

Lídice da Mata (PSB-BA) disse que é preciso mudar radicalmente a composição dos Parlamento brasileiro.

— No Senado e na Câmara, nós não chegamos a 10%. Estamos perto, mas não chegamos a 10% em 81 anos de conquista do voto feminino. A continuar a lei e as regras eleitorais, nós, daqui a 81 anos, estaremos chegando a 20%, a 25% do Parlamento, com 51% da população e com 52% dos eleitores deste país sendo de mulheres — observou.

Bertha Lutz

O Diploma Bertha Lutz foi entregue à deputada Jô Moraes, à educadora Adélia Pessoa, às ativistas Amábilis Almeida e Telma Ayres e à missionária Luzia Santiago, representada por Priscila Almeida.

Também compuseram a mesa da reunião, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves; a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a ministra da Secretaria da Igualdade Racial, Luiza Bairros; a presidente e a vice do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin; a procuradora da Mulher na Câmara, Elcione Barbalho (PMDB-PA); e a segunda-secretária da Mesa do Senado, Ângela Portela (PT-RR).

Renan disse que também deverão ser promovidas audiências públicas, pesquisas e estudos sobre os problemas que mais afligem as mulheres.

O senador anunciou, ainda, como parte da comemoração do Dia Internacional da Mulher, a instalação do painel *O Futuro que as Mulheres Querem*, no Salão Negro do Congresso. O painel se transformará em um grande mural onde as mulheres poderão registrar, em papel adesivo, sonhos e desejos para os próximos anos.

Todo o material será enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) após ser recolhido pela ONU Mulher.



Deputadas Elcione Barbalho e Janete Pietá, ministra Luiza Bairros, deputado Henrique Alves, senador Renan Calheiros, ministra Eleonora Menicucci e senadoras Lídice, Vanessa e Ângela: reivindicação por mais espaços de poder

PEC das Domésticas será votada até o final do mês, anuncia Renan

Durante a sessão de homenagem às mulheres, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu o compromisso de votar, até o final do mês, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/12, a chamada PEC das Domésticas, que foi aprovada na Câmara dos Deputados em novembro e está tramitando no Senado desde o mês seguinte.

A matéria se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

— Eu assumo um compromisso para que nós tenhamos, até o final do mês de março, essa decisão aqui no Senado Federal, estendendo todos os direitos trabalhistas aos empregados e empregadas domésticas do Brasil — declarou.

Designada ontem para ser relatora da PEC, Lídice da Mata (PSB-BA) se comprometeu com os senadores a entregar o parecer sobre a matéria o mais rápido possível.

— Desde a [Assembleia] Constituinte defendemos o direito da mulher, da empregada e do empregado doméstico no Brasil.

Me comprometo a entregar o parecer o mais rápido possível para que o Congresso possa garantir os direitos desses trabalhadores.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), garantiu que, se o relatório for entregue ainda esta semana, a PEC poderá ser

discutida pela comissão na próxima reunião ordinária.

A PEC, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), modifica parágrafo único do artigo 7º da Constituição, estabelecendo igualdade de direitos entre domésticas e os demais trabalhado-

res. Ficam garantidos à categoria benefícios como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pagamento de hora extra.

Atualmente, o Brasil possui cerca de 7 milhões de trabalhadores domésticos, sendo a maioria (93%) formada por mulheres.

Desse total, somente 2 milhões trabalham com carteira assinada.

Renan comunicou ainda tratamento de “urgência urgentíssima” ao PL 60/99, que trata das vítimas de violência sexual. O projeto aprovado na Câmara deve chegar ao Senado nos próximos dias.



Empregadas poderão ter os mesmos direitos que outros trabalhadores, como FGTS e pagamento de hora extra

Senado assina acordo de cooperação para promover direitos femininos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, assinaram ontem acordo de cooperação técnica entre as duas instituições.

O objetivo da parceria é possibilitar o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências na promoção dos direitos das mulheres.

Também assinou o documento a diretora-geral do Senado,

Doris Peixoto.

Entre as ações previstas, estão cursos de educação a distância e presencial sob a perspectiva de gênero, a serem oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Também serão feitas, por meio de parcerias e veiculação na imprensa, divulgação e coedição de publicações impressas ou digitais.

O acordo de cooperação técnica inclui, ainda, a organização de seminários,

conferências e simpósios sobre o assunto.

A assinatura do documento marcou a abertura da exposição *As Cidadãs e a Constituição: 25 anos de lutas e conquistas no Brasil* (*leia matéria no alto, à direita*).

— A abertura desta exposição e o acordo de cooperação técnica são iniciativas destas no sentido de valorizarmos cada vez mais o papel da mulher — assinalou o presidente do Senado.

A ministra Eleonora Menicucci falou sobre a importância da parceria entre as duas instituições e sobre a participação do Senado no que diz respeito à luta pelos direitos das mulheres.

— Eu, na titularidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo da primeira mulher presidente do Brasil, tenho o orgulho de voltar a esta Casa, onde várias lutas, várias decisões são, foram e serão travadas com

muito rigor, ética e democracia — afirmou a ministra.

Também estiveram presentes à abertura da exposição e assinatura do acordo as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, além de deputados e as indicadas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Mostra sobre conquistas fica aberta até dia 31

O Senado uniu a comemoração dos 25 anos da Constituição brasileira e as celebrações do Mês da Mulher para inaugurar, ontem, a exposição *As Cidadãs e a Constituição: 25 anos de lutas e conquistas no Brasil*.

A mostra, que conta as lutas das mulheres brasileiras em busca de justiça, igualdade e direitos durante o processo de redemocratização do Brasil até os dias de hoje, ficará aberta ao público até o dia 31, na Senado Galeria e no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima.

Renan exaltou o papel das mulheres na sociedade e chamou a atenção para o

crescimento da participação feminina em grandes cargos das áreas empresarial e política.

— As mulheres dão vida em todos os sentidos à existência da sociedade. Não podem ser consideradas subalternas, haja vista a quantidade delas que ascendem aos mais altos níveis da administração empresarial nos dias atuais. Cumpre ressaltar, que a mais alta mandataria do país na atualidade é uma mulher, a presidente da República, Dilma Rousseff — disse Renan.

Antes da solenidade, o presidente do Senado recebeu, na sala de audiências da presidência, as agraciadas da edição

2013 do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

A premiação tem o objetivo de homenagear mulheres que se destacam na luta pela transformação social e pela igualdade de gênero. As premiadas deste ano foram a advogada Adélia Moreira Pessoa; a fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, Amábilis Pinho Almeida; a deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG); a presidente da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afec), Telma Dias Ayres, e a cofundadora da Comunidade Canção Nova, Luzia Santiago.



Exposição une os 25 anos da Constituição às celebrações em homenagem às mulheres

Collor cobra melhor combate à violência doméstica em Alagoas

A violência contra a mulher em Alagoas e a lentidão do governo estadual em coibir o problema foram lamentadas por Fernando Collor (PTB-AL).

Alagoas é o segundo estado onde mais morrem mulheres assassinadas, e Maceió é a terceira capital mais violenta para as mulheres, de acordo com o *Mapa da Violência* elaborado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça. Para o senador, a resposta do governo aos índices classificados como assustadores pela CPI mista da Violência contra a Mulher está aquém do esperado.

Collor afirmou que as três delegacias especializadas em atendimento à mulher do estado — duas em Maceió e uma em Arapiraca — funcionam precariamente, por vezes estão fechadas pela ausência de policiais.

— Esse é o carimbo indelével do governador Teotônio Vilela Filho, que já se tornou notável por usar a passos de tartaruga a caneta delegada a ele pelo povo — disse.

O senador destacou ainda as comemorações ligadas ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. No Senado, a data foi lembrada nesta quarta-feira durante a cerimônia de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Ele também frisou a importância da recém-instalada Procuradoria da Mulher no Senado, dirigida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

— A cidadania feminina, excluída ao longo dos séculos e cada vez mais resgatada, vem sendo reconhecida, mas ainda há muito a ser feito para dar paz e tranquilidade às mulheres — concluiu.



Waldemir Borges/Agência Senado

Davim elogia iniciativa do governo contra o tráfico de pessoas

O 2º Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, lançado em 26 de fevereiro, foi elogiado por Paulo Davim (PV-RN). O projeto, que prevê o fortalecimento da rede de atendimento às vítimas até 2014, tem como metas criar mais de dez novos núcleos e postos de combate. Atualmente, a rede de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas conta com 13 postos de atendimento ao migrante e 16 núcleos estaduais.

Os postos ficam em locais de grande circulação, como portos, aeroportos e rodovias, e fazem o atendimento às vítimas. Os núcleos são responsáveis por articular política e tecnicamente nos estados e nos municípios a implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Davim disse ainda que hoje, na Câmara dos Deputados, está em funcionamento uma CPI sobre o tema. Ele destacou as contribuições ao plano lançado pelo governo federal oferecidas pela CPI do Senado que investigou, no ano passado, o tráfico de pessoas no Brasil.

— Aprovamos, na última reunião, um projeto de lei que seguramente será um belíssimo e necessário instrumento a mais para enfrentarmos esse crime que, na maioria das vezes passa despercebido aos olhos da sociedade, quase sempre travestido de legalidade. A própria Polícia Federal tem promovido diligências e constatado esse crime abominável contra brasileiros e brasileiras que são traficados para fora do Brasil ou até mesmo são vítimas do tráfico interno — disse.



Moreira/Agência Senado

Idosos poderão ter preferência no desembarque de transporte coletivo

Projeto aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura complementa a legislação vigente, que já garante prioridade no embarque

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto para assegurar preferência no desembarque de idosos no sistema de transporte coletivo, complementando a determinação legal vigente de preferência no embarque.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para votação em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário. De autoria do deputado Leonardo Vilela (PSDB-GO), o PLC 84/12 altera o Estatuto do Idoso e recebeu voto favorável do relator na CI, senador Wilder Moraes (DEM-GO).

Atualmente, o desembarque de idosos é realizado pela porta por onde é feito o embarque, prática considerada pouco segura pelo autor da proposta.



Desembarque de idosos é feito pela mesma porta do embarque, prática considerada insegura pelo autor da proposta

Wilder concordou, observando que o Estatuto do Idoso deixou sem proteção o desembarque das pessoas com mais de 60 anos. Para ele, quem entra deveria ceder a vez a quem sai, mas essa “regra

básica de civilidade” não vem sendo cumprida.

— Infelizmente, o caos que impera no transporte coletivo das nossas cidades faz com que prevaleça a lei do mais forte em busca de um assento

ou, muitas vezes, apenas de embarcar no veículo antes que a lotação se esgote — disse.

Ele considera “triste que o Brasil ainda precise legislar sobre algo que deveria ser um parâmetro de educação”.

Despacho gratuito de bicicletas em ônibus é aprovado em comissão

O passageiro do transporte rodoviário interestadual e internacional poderá despachar gratuitamente, no bagageiro do ônibus, bicicleta pesando até 30 quilos, com volume máximo de 350 decímetros cúbicos e dimensão de até 1,3 metro. A norma está prevista em projeto também

aprovado ontem na CI, em decisão terminativa.

Muitos ciclistas são impedidos de despachar bicicletas devido a regras adotadas pelas empresas, conforme explicação do autor do projeto (PLS 113/11), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Como solução, o senador propõe definir em

legislação federal o transporte de bicicletas desmontadas como bagagem.

— Nos chegaram relatos de ciclistas que não puderam viajar porque a empresa de ônibus recusou-se a enquadrar a bicicleta na franquia de bagagem, nem permitiu o embarque como encomenda.

Em voto favorável, o relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), apresentou emendas para estabelecer, entre outras mudanças, que no compartimento no interior do ônibus, acima das poltronas, será permitida bagagem com até cinco quilos de peso total.

O relator também previu que as dimensões “se adaptem ao porta-embulho, desde que não sejam comprometidos o conforto, a segurança e a higiene dos passageiros”.

Com o projeto, Rollemberg pretende regulamentar a questão em lei federal (Lei 10.233/01), de forma a garantir que o transportador não possa se recusar a transportar nem cobrar tarifas adicionais por isso.



Fernando Collor (D) preside a Comissão de Infraestrutura, que ontem aprovou projeto do senador Rodrigo Rollemberg

Vai a Plenário criação de Tribunal Regional Federal em Manaus

Um embate sobre constitucionalidade marcou ontem a análise da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um Tribunal Regional Federal com sede em Manaus e jurisdição nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. O tema foi discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A prerrogativa de criação de tribunais foi o foco das divergências em torno da matéria (PEC 86/11). Ao final de sucessivas argumentações, um substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) acabou sendo aprovado. A proposta segue agora para dois turnos de votação no Plenário.

O “esgotamento físico” da estrutura da Justiça Federal de 2º grau motivou Viana a recomendar a aprovação da PEC 86/11, que tramitava em conjunto com as PECs 46/12 e 61/12.

Dos cinco TRFs do país, o relator apontou o da 1ª Região, que cobre 13 estados e o Distrito Federal e está sediado em Brasília, como o mais problemático.

— Em face dessa inexplicável

e insustentável extensão territorial, o TRF da 1ª Região demora mais de 30 anos para decidir os processos aos seus cuidados. Nesse TRF, há desembargadores com mais de 20 mil processos conclusos

para julgamento — avaliou o senador.

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a aprovação de uma proposta que viabilize a reestruturação necessária da Justiça Federal de 2ª instância “em condições corretas e com a devida competência”.

O fato de o substitutivo de Viana dar prazo de 180 dias para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviar projeto de lei ao Congresso dispendo sobre a estrutura e o funcionamento dos TRFs convenceu Pinheiro a apoiar a PEC.

O petista acredita que a proposta aprovada não caracteriza invasão de funções do Judiciário pelo Legislativo.



Viana (D) defende em substitutivo a PEC que institui novo TRF com jurisdição sobre Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima

Ana Amélia apoia fim do fator previdenciário

Ana Amélia (PP-RS) manifestou apoio ao fim do fator previdenciário.



A senadora disse que o fator previdenciário reduz entre 35% e 40% os vencimentos dos aposentados. Ela afirmou que os aposentados que ganham mais que um salário mínimo precisam de aumento real.

Ana Amélia destacou que seu gabinete tem recebido mensagens de cidadãos preocupados com a situação da aposentadoria no Brasil. Francisco Yaguinuma, contador de Londrina (PR), por exemplo, enviou uma mensagem com cálculos que mostram que entre 40% e 50% dos rendimentos dos aposentados são gastos com medicamentos.

Incentivo à indústria petrolífera poderá ser estendido ao Nordeste

Municípios na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) poderão ser beneficiários do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera (Repene). É o que prevê uma proposta aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

O Repene concede benefícios relativos a PIS-Pasep, Cofins e IPI em projetos de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural.

O projeto (PLS 68/11) é de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Senado ouvirá ministros sobre programas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convidará os ministros Carlos Brizola (Trabalho) e Tereza Campello (Desenvolvimento Social) para debater as diretrizes e os programas prioritários de suas áreas neste ano. Os pedidos para a realização das audiências foram aprovados ontem.

Quem sugeriu a vinda do ministro Carlos Brizola foi Ana Amélia (PP-RS). A proposta para a audiência com Teresa Campello foi apresentada por Ângela Portela (PT-RR). As datas ainda serão marcadas.

Projetos

A CAS aprovou outros cinco requerimentos de audiências, para debater sobre projetos em tramitação. Wellington Dias (PT-PI) foi o autor da proposta para debate sobre o PLS 182/10, que obriga emissoras públicas de rádio e televisão a veicular mensagens de prevenção às drogas.

Outra audiência, sugerida por Ana Amélia, vai avaliar o PLS 217/12, que inclui aspectos sociais entre os objetivos a serem cumpridos nas avaliações de impacto ambiental de empreendimentos. A senadora quer a presença de representante do Conselho Nacional de Meio Ambiente e de dirigentes do consórcio que constrói a Usina de Belo Monte.

Paulo Davim (PV-RN) pediu uma audiência para ampliar a discussão sobre o PLS 139/12, que propõe restrições à propaganda de produtos de tabaco.

Juventude

Paulo Paim (PT-RS) obteve a aprovação de requerimentos para três audiências, uma delas para debate do projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/11). Em relação a essa matéria, ele sugeriu uma diligência que também servirá para discussões sobre seu conteúdo com os jovens no Rio Grande do Sul.

A segunda audiência sugerida por Paim vai servir para debater a respeito da aposentadoria especial para pescadores com vínculo de emprego e de problemas que enfrentam no período de defeso (pesca proibida para garantir a reprodução das espécies), quando costumam ser demitidos. O terceiro debate vai abordar a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece os princípios da negociação coletiva.

Eleito para presidir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, senador afirmou que é preciso universalizar com agilidade os serviços de internet rápida no Brasil

Perrella anuncia banda larga como prioridade

AO TOMAR POSSE na presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o senador Zeze Perrella (PDT-MG) disse que as prioridades de sua gestão são as propostas de massificação do acesso à internet em banda larga e do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por aclamação, Perrella foi eleito ontem para presidir a CCT no período 2013-2014. Alfredo Nascimento (PR-AM) ocupa a vice-presidência.

Perrella previu que o debate em relação à internet deve atingir seu clímax neste ano, porque o projeto que cria o marco civil da rede (PL 2.126/11), em tramitação na Câmara, deve chegar ao Senado em breve. Para ele, a

discussão é importante, “pois existe um descompasso entre a legislação vigente e a realidade do mercado”.

— Precisamos responder ao desafio da universalização dos serviços de banda larga. Precisamos também colaborar para a solução dos conflitos de interesse entre provedores de conteúdo e prestadoras de serviços de telecomunicações, mas sem perder o foco no lado geralmente esquecido na discussão: o usuário.

Outra questão importante, na avaliação do presidente da CCT, é o incremento da velocidade da rede, que, no Brasil, “é muito inferior aos padrões dos países desenvolvidos”. Perrella advertiu que esse aspecto é importante para os grandes eventos que o país sediará em

breve — a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas — e fundamental para o desempenho da economia nacional. O fim do sinal analógico na TV aberta é outro assunto que estará em pauta, conforme o senador.

Perrella citou alguns projetos que serão debatidos pela CCT, entre eles o PLS 619/11, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e o PLS 547/11, que busca aprimorar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Outra proposta que deverá ser debatida e votada, conforme o presidente da CCT, será o PLS 221/11, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial.



O novo presidente da CCT, Zeze Perrella, fala ao lado do vice, Alfredo Nascimento (E), e do senador João Alberto Souza

Comissão discutirá acesso à rede por celular

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu como pauta prioritária da CCT o desafio de incluir a comunicação, a ciência e a tecnologia como segmentos fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ele é um dos integrantes da comissão.

Segundo o senador, a CCT

deve ajudar o país a ampliar a aplicação das novas tecnologias em benefício do cidadão e da economia.

Pinheiro lembrou o crescimento da telefonia celular e o expressivo volume de acesso à internet por esse meio:

— O Brasil tem hoje mais linhas [de celular] ativas que

habitantes. São 260 milhões de linhas telefônicas. A telefonia móvel representa o dobro de acesso à internet, em relação a outros tipos de acesso. Mas o Brasil ainda não tem um nível de qualidade satisfatório, o que vamos acompanhar como membros desta comissão.

Projeto trata de reuniões e audiências da Casa

Projeto de Cyro Miranda (PSDB-GO) proíbe a realização de audiências públicas e reuniões de comissões temporárias e de subcomissões do Senado simultaneamente às reuniões

das comissões permanentes (PRS 41/11). O projeto delega à Mesa do Senado a coordenação da agenda, para evitar a coincidência de horários.

Autor de pedido de vista da



Os senadores José Agripino e Cyro Miranda conversam em reunião da CCJ

materia, José Pimentel (PT-CE) crê que, caso o projeto seja aprovado sem mudanças, só restarão a segunda e a sexta-feira — dias sem reuniões ordinárias de comissões permanentes — para reuniões de comissões mistas destinadas à análise de medidas provisórias (existem 23 funcionando no momento) e de CPIs, por exemplo.

— Deveríamos fazer uma reflexão mais aprofundada — argumentou.

Se for aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta irá para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.



Benedito de Lira cita inauguração de sete hotéis no final do ano passado

Benedito: turismo ganha força em Alagoas

Benedito de Lira (PP-AL) disse que, graças a investimentos federais e estaduais, o turismo tem crescido em Alagoas.

O senador citou a inauguração de sete hotéis no final de 2012, que ampliaram a capacidade de hospedagem do estado em 3 mil leitos e geraram 1.065 empregos diretos e 4.260 empregos indiretos.

— O governo do estado tem colocado o turismo como um dos eixos mais importantes de sua atuação — afirmou.

Benedito apresentou dados da Secretaria de Turismo de Alagoas segundo os quais entraram em funcionamento 19 novos hotéis desde 2007, além de cinco ampliações e duas recuperações de outros hotéis.

Ele também citou dados da Infraero que mostram um crescimento de 24% no número de passageiros desembarcados em Maceió em junho de 2012, em relação ao mesmo período de 2011.

Copa do Mundo

Para Benedito, o estado estará preparado para receber turistas que irão assistir à Copa do Mundo — Maceió está próxima das cidades-sede de Salvador, Recife e Natal.

O senador informou que o estado esteve presente em 24 eventos nacionais e internacionais para divulgar seu potencial turístico.

Ele relatou que o site *viajantes.com*, em pesquisa realizada com 350 mil usuários, apurou que as praias alagoanas foram eleitas pelos entrevistados as mais bonitas do Nordeste. Em primeiro lugar, ficou a Praia do Francês. Em segundo lugar, a Praia do Gunga.

Ele relacionou essas praias entre os “cinco destinos imperdíveis” no litoral alagoano, ao lado das praias dos Morros, de Maragogi e do Pontal do Peba.

O senador enfatizou que o governo do estado tem procurado investir para melhorar a infraestrutura turística, com ações de saneamento, abastecimento de água, acesso viário, energia, segurança, preservação do meio ambiente e qualificação dos produtos e serviços.



Waldemir Moka (D) preside a CAS. Na bancada: Ana Amélia, Aloysio Nunes, Jayme Campos, Paim, Davim e Cyro Miranda

Avança texto que muda trâmite de ação trabalhista

Hoje, indenização cobrada de empregador cuja negligência levou a acidente ou doença de trabalhador é estabelecida pela Justiça Federal comum; projeto aprovado na CAS passa competência para Justiça do Trabalho

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que atribui à Justiça do Trabalho competência para julgar ações regressivas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Essas ações são propostas pelo órgão para o ressarcimento de toda cobertura dada ao segurado ou à sua família em decorrência de acidentes de trabalho ou doença profissional em que for comprovada culpa do empregador.

Pelo regime atual, a decisão sobre esses processos cabe às varas da Justiça Federal comum ou às especializadas em contribuições previdenciárias.

Para Paim, o sistema ficaria mais coerente se o próprio

juiz do Trabalho que analisar a existência de culpa por parte do empregador também decidir sobre a indenização.

A proposta (PLS 308/12) irá agora para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Negligência

O ressarcimento devido ao INSS pode ser fixado para compensar gastos efetuados, por exemplo, com pensões por morte, aposentadorias por invalidez, auxílios-doença, próteses, serviços de reabilitação.

A exigência consta da Lei de Benefícios Previdenciários, para os casos de negligência do empregador quanto às normas-padrão de segurança

e higiene do trabalho.

O relatório que serviu de base para o exame na CAS, defendido pelo senador Jayme Campos (DEM-MT), como relator substituto, acolhe sem ressalvas os argumentos de Paim. Para Campos, nada mais “coerente, econômico e lógico” do que manter na apreciação do caso o mesmo juiz que examinou o acidente (ou doença profissional) e as condições em que tenha ocorrido.

No relatório, o senador disse que deve prevalecer o princípio da “unidade de convicção”, que serve para evitar que dois órgãos diferentes do Poder Judiciário se manifestem de forma contraditória sobre os mesmos fatos.

Segundo Paim, ainda há empresas que não pagam adicional a vigilantes

Paulo Paim (PT-RS) pediu aos empregadores que paguem corretamente o adicional de periculosidade garantido aos vigilantes pela Lei 12.740/12. Ele relatou que, segundo a Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV), em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, nem todos os empregados estão recebendo o adicional.

— Vida não tem preço. Por isso, assegurar o adicional

de 30% de periculosidade [calculado] sobre o total da remuneração é mais que justo — afirmou Paim.

Oriunda de projeto apresentado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) quando ela era deputada federal, a Lei 12.740/12 classifica como perigosas as atividades de segurança pessoal ou patrimonial.

Paim citou comentário do deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), ex-profissional



Paulo Paim cita direitos aos segurados previstos em lei de 2012

da área, que qualificou o adicional como a mais importante conquista da história da categoria.

Centrais sindicais apresentam pauta de reivindicações a Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes de centrais sindicais. Eles participam da 7ª Marcha a Brasília, evento que tem como objetivo sensibilizar o governo e os parlamentares a negociar a pauta trabalhista.

Entre as reivindicações, estão o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho para 40 horas e a valorização dos aposentados.

Também participaram do encontro os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) e o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

— Não dá mais para o Executivo e o Legislativo atenderem só a pauta do setor empreendedor. É preciso que atendam, sim, aos empresários, mas também

aos trabalhadores. Estou no Congresso há 26 anos. Para mim, essa marcha do movimento sindical, com mais de 50 mil pessoas, foi a mais forte de todas — disse Paim.

Segundo ele, o presidente do Senado se colocou à disposição dos trabalhadores. Renan, assinalou Paim, lembrou que várias dessas reivindicações já foram aprovadas pela Casa e aguardam a deliberação da Câmara.

— Lembrou ele que o fim do fator previdenciário o Senado já aprovou. Lembrou que o reajuste real dos aposentados o Senado já aprovou e está na Câmara. Ele disse que, como o Congresso tem que se aproximar cada vez mais do povo e dos movimentos sociais, isso passa por uma articulação maior com o movimento sindical.



Renan Calheiros (C) recebe participantes da 7ª Marcha a Brasília

Taxistas pedem derrubada de veto a projeto que beneficia categoria

Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes do Sindicato dos Taxistas do Rio de Janeiro. Eles pediram prioridade para a votação do veto feito ao projeto de lei que permite que a licença para exercer a atividade de taxista passe aos herdeiros (PLS 253/09). O projeto foi aprovado no Senado em dezembro, mas logo depois foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, sob o argumento de que só os municípios podem legislar sobre serviços de transporte público.

Os sindicalistas explicaram a Renan que a derrubada

do veto beneficiará 500 mil famílias.

— As famílias ficam apreensivas porque, se acontece uma fatalidade ao titular da autorização do uso do táxi, os herdeiros ficam desamparados. O projeto dá a garantia de a esposa ou o filho continuar a profissão do titular. É muito importante que essa ideia seja mantida — disse André de Oliveira, um dos representantes do sindicato.

Renan, que foi o relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), afirmou que fará a leitura do veto, para que entre na pauta do Congresso.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Projeto tratava de atendimento médico, mas foi estendido para receitas odontológicas

Marry Leal/Agência Brasília

Suplicy anuncia show em prol da Renda Básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a realização, no dia 16, de um festival beneficente em Santo Antônio do Pinhal (SP), em prol da implantação da Renda Básica de Cidadania no município. O senador explicou que a câmara de vereadores aprovou projeto da prefeitura, que pagará R\$ 70 para cada morador do município.

A implantação do programa será feita em etapas. O orçamento total da prefeitura é de R\$ 18 milhões, sendo apenas R\$ 9 milhões de receita própria. Para o fundo municipal criado para o programa, serão destinados 6% da receita, cerca de R\$ 540 mil, mas ainda assim será preciso reunir mais recursos. Daí a ideia do senador de promover um show para arrecadar fundos.

Renan diz acreditar no fim da miséria

O país está passando por uma grande transformação social e caminha para a superação do problema da miséria, disse Renan Calheiros.

— O papel dos programas sociais é relevantíssimo. O Bolsa Família está sendo expandido. A expectativa é que nós tenhamos em um curtíssimo tempo essa solução, sim — afirmou.

O presidente do Senado participou em 19 de fevereiro de cerimônia no Palácio do Planalto em que a presidente Dilma Rousseff anunciou a ampliação do Programa Brasil sem Miséria em R\$ 800 milhões neste ano. Com as mudanças, cerca de 2,5 milhões de brasileiros cadastrados no Bolsa Família vão receber complemento para ultrapassar a renda de R\$ 70 por pessoa.

Receitas médicas e odontológicas poderão ter validade nacional

Pela regra atual, as prescrições de medicamentos só podem ser aceitas no estado onde foram emitidas por profissional de saúde

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto (PLS 325/12) que garante validade nacional para receitas médicas e odontológicas. Atualmente as receitas são aceitas apenas dentro do estado onde foram emitidas. Para o autor da proposta, Jayme Campos (DEM-MT), a ampliação vai assegurar a continuidade do tratamento onde quer que os pacientes se encontrem. O projeto seguirá para a Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

O texto original só tratava das receitas médicas, mas a



Jayme Campos, autor do projeto, quer continuidade de tratamentos

relatora, Ana Amélia (PP-RS), sugeriu emenda para garantir validade nacional também às receitas odontológicas.

Jayme reconhece a necessidade de controle na venda de

medicamentos, para impedir irregularidades como automedicação e contrabando. Mas classificou de contrassenso a proibição de venda em local diferente daquela em que foi feita a emissão, já que o profissional devidamente registrado dispõe do direito legal de atuar em qualquer parte do país.

Ao defender a proposta, Ana Amélia disse que ela mesma já se deparou com dificuldades por causa da atual restrição. Isso porque se viu impedida de adquirir em Brasília medicamento prescrito por um médico de Porto Alegre.

Humberto Costa (PT-PE) e Paulo Davim (PT-RS), que são

médicos, também se manifestaram a favor da proposta. Para Humberto, os Ministérios da Saúde e da Justiça poderão criar regulamento para afastar preocupação com a validade nacional das receitas para medicamentos controlados. Para Davim, hoje restam duas alternativas para o paciente que fica sem medicamento em outro estado, mesmo dispondo da receita: ou não toma o remédio ou terá de procurar uma unidade pública de saúde, em busca de nova receita.

— O projeto é também um meio para desonerar as unidades públicas de saúde — afirmou Davim.

Moka sugere subcomissão para debater financiamento de saúde

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), propôs ontem que seja criada uma subcomissão para discutir o financiamento do sistema público de saúde. Ele acredita que o processo de financiamento está entre os principais

problemas enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde a sua criação e lembrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o emprego de 5,5% do produto interno bruto (PIB), pelo menos, em saúde pública. O Brasil gasta apenas 3,7%.

Segundo Moka, o IBGE mostrou em 2012 que o gasto privado com saúde é quase 30% maior que o público: por pessoa, R\$ 835,65 em vez de R\$ 645,27. Ele lembrou que a queda no investimento público levou à criação de medidas emergenciais, como a CPMF.

Paulo Davim (PV-RN) disse que há dois anos defendeu que o governo investisse pelo menos 10% das receitas em saúde. Humberto Costa (PT-PE) propôs que outros dois temas entrem na pauta: o trabalho médico e a criação da Lei de Responsabilidade Sanitária.

CPI do Erro Médico aguarda indicação de integrantes para funcionar

Os líderes dos partidos no Senado devem indicar nos próximos dias os 11 titulares e 7 suplentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre Violação ao Direito Humano à Saúde. O colegiado vai analisar erros de dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados que resultaram em lesões e morte de pacientes.

No requerimento de Magno Malta (PR-ES) para a criação da CPI, foi estabelecido o prazo de 120 dias para duração da comissão e citados cinco casos de erro médico em Brasília. A CPI pretende



Atendimento em Brasília, onde cinco casos de erro médico motivaram a criação da comissão parlamentar de inquérito

apurá-los e investigar qual tem sido a atuação dos conselhos profissionais, da polícia, do

Ministério Público e do Poder Judiciário; qual tem sido a atuação da vigilância sanitária na

prevenção; as competências legais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da

Agência Nacional de Saúde Suplementar e a necessidade de criação de varas e juizados especiais com competência exclusiva para julgar erros e crimes ocorridos em hospitais.

A CPI também vai apurar se a legislação tem oferecido proteção aos usuários do sistema de saúde; se o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, do Ministério da Saúde, está sendo atualizado e respeitado pelos hospitais e profissionais; se pode ser criado um sistema de avaliação dos serviços hospitalares e quais medidas legislativas devem ser criadas ou alteradas.

Requerimento aprovado foi apresentado por Ferraço, presidente da Comissão de Relações Exteriores; presidente venezuelano morreu anteontem, vítima de câncer

Senado aprova voto de pesar por Hugo Chávez

NO INÍCIO DA sessão plenária de ontem, os senadores aprovaram voto de pesar pela morte do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O requerimento pedindo a homenagem foi apresentado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Chávez, que lutava contra um câncer e passou por tratamento em Cuba, tinha 58 anos e morreu anteontem. Ele foi eleito quatro vezes presidente da Venezuela e governou o país por 14 anos.

— Fomos todos surpreendidos por essa notícia, pelas relações que mantemos com a Venezuela e pela liderança que exerceu Hugo Chávez — disse Ferraço.

O senador também manifestou esperança de que a Venezuela possa viver uma transição com respeito à ordem democrática.

Eduardo Suplicy (PT-SP), que também assinou o pedido, afirmou que a morte de Chávez não significará a extinção do movimento da genuína base social que ele fundou.

— Que possa o povo venezuelano superar as dificuldades e possam eles, oposição e chavistas, realizar um processo exemplar e elevar o grau de democracia e desenvolvimento econômico e social — disse Suplicy.

Fernando Collor (PTB-AL) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) se associaram à homenagem.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi designado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, como representante da Casa no funeral, que acontece amanhã em Caracas, após velório de dois dias.



Ricardo Ferraço e Eduardo Suplicy, que lamentaram morte de Hugo Chávez

Nas redes sociais, senadores fazem homenagem ao venezuelano

Os senadores usaram as redes sociais na internet para comentar a morte de Hugo Chávez. Os comentários, na maioria, foram elogiosos ao presidente venezuelano.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), Chávez “deu grande contribuição para o novo mapa político da América Latina”.

“Chávez abriu o caminho

para políticas sociais avançadas na América Latina e esteve na linha de frente da derrota neoliberal e fim da Área de Livre Comércio das Américas (Alca)”, afirmou o senador.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), lembrou as relações de amizade não apenas do Brasil com a Venezuela, mas

especialmente do estado que representa, o Amazonas, que faz fronteira com o país vizinho.

Para João Capiberibe (PSB-AP), Chávez deixou marcas profundas na Venezuela e na América Latina.

Delcídio do Amaral (PT-MS) escreveu que a história do presidente se confunde com a da Venezuela.

Ana Rita (PT-ES), por sua vez, afirmou: “O presidente Hugo Chávez entra para a história como um incansável lutador do povo, das causas populares e da democracia”.

Na opinião de Humberto Costa (PT-PE), Chávez levou saúde, educação e bem-estar social às camadas menos favorecidas do povo. O presidente

venezuelano, acrescentou, “também contribuiu muito para a unidade e a independência de nosso continente”.

Pedro Simon (PMDB-RS) citou indicadores que apontam que a “pobreza na Venezuela teve redução de 49,4% para 27,8% da população durante os 14 anos de Chávez”.

Jorge Viana (PT-AC) escreveu que a Venezuela vive um período de turbulência política com a morte do presidente.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) prevê que os venezuelanos saberão superar essa perda “com a mesma firmeza com que Chávez conduziu sua revolução”.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou: “Que viva a Venezuela, com sua força e seu exemplo”.

Também lamentaram a morte de Chávez pelas redes sociais Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Paulo Paim (PT-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Wellington Dias (PT-PI).

Cyro Miranda (PSDB-GO) resumiu a opinião dele da seguinte maneira: “Venezuela livre. Só falta Cuba”.



O venezuelano Hugo Chávez participa de reunião do Mercosul, em 2012, ao lado da brasileira Dilma Rousseff, do uruguaio José Mujica e da argentina Cristina Kirchner

Vanessa: “Ele continua sendo importante para o mundo”

Ao lamentar o falecimento do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), após ler nota oficial de pesar do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), lembrou que teve a oportunidade de se encontrar com Chávez três vezes, uma delas em Manaus, quando observou a atenção e a simplicidade com que o presidente venezuelano tratava as pessoas mais humildes.

— Chávez foi e continuará sendo importante não apenas para o seu país, a Venezuela, e para o continente, mas para o mundo todo — disse.

Ela afirmou que o futuro da Venezuela depende do respeito às leis por parte da oposição e dos chavistas. A senadora recordou que, em 30 dias, devem ocorrer novas eleições. Vanessa acredita na vitória do vice-presidente, Nicolás Maduro.



Pedro Franco/Agência Senado

“A revolução bolivariana terá continuidade”, afirma Inácio

Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou pesar pela morte do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Ele destacou as realizações do governo chavista. Depois, também leu nota oficial divulgada pelo PCdoB.

“Externarmos nossos sentimentos à pátria de Simón Bolívar pela perda dessa grande liderança patriótica, democrática e socialista. Mas, ao mesmo tempo, temos a convicção de que morreu o revolucionário. Porém, a sua grande obra, a revolução bolivariana, terá continuidade. Seguirá conduzida pelas lideranças leais ao legado do presidente Chávez, apoiada no povo e nas forças políticas avançadas do país, e contará com a efetiva solidariedade das forças progressistas das Américas, entre as quais o Partido Comunista do Brasil, que sempre apoiou Chávez e o povo venezuelano em sua épica jornada libertária”, leu Inácio.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe cita “profundo respeito pela democracia”

João Capiberibe (PSB-AP) lamentou a morte de Hugo Chávez. Para o senador, a América Latina perdeu um grande líder, um revolucionário e um visionário.

— É polêmico o presidente Hugo Chávez? Sim, é polêmico. Mas ele teve profundo respeito pela democracia e pela vontade do povo venezuelano.

Entre as conquistas apontadas pelo senador, está a queda na desigualdade do país. Além disso, segundo ele, Chávez triplicou o produto interno bruto (PIB), reduziu à metade o desemprego e o analfabetismo e diminuiu a pobreza e a mortalidade infantil, em um programa de “sucesso incontestável”.

— Hugo Chávez multiplicou por cinco o número de professores e transformou a Venezuela no país com menor índice de desigualdade da América Latina.



Waldemir Barreto/Agência Senado